



Relatório: Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos

Segunda-feira, 21 de julho – Quarta-feira, 23 de julho de 2025

Em associação com
Departamento dos Negócios
Estrangeiros, Commonwealth e
Desenvolvimento (Foreign,
Commonwealth & Development
Office – FCDO)



Em associação com



Foreign, Commonwealth
& Development Office

Relatório:

Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos

Segunda-feira, 21 de julho – Quarta-feira, 23 de julho de 2025

Em associação com

Departamento dos Negócios Estrangeiros, Commonwealth e Desenvolvimento (FCDO)

O presente relatório tem por base as discussões havidas numa mesa redonda de alto nível em Wilton Park, [Towards demographic dividends in Africa: action and investments](#) (Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos), que teve lugar entre segunda-feira, 21 e quarta-feira, 23 de julho de 2025.

Os relatórios de Wilton Park são resumos sucintos dos principais pontos e conclusões de uma conferência. Os relatórios refletem as interpretações pessoais dos relatores sobre as sessões. Como tal, não constituem qualquer política institucional de Wilton Park, nem representam necessariamente as opiniões do relator. Os relatórios e recomendações de Wilton Park contidos nos mesmos destinam-se aos participantes e não representam uma declaração de política em nome do Wilton Park, do FCDO ou do Governo de Sua Majestade.

Relatório:

Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos
Wilton Park | Setembro de 2025

Índice

Introdução	5
Tendências demográficas e razões da sua importância	5
Envolvimento do setor privado	8
Associar demografia às políticas	11
Exemplos de áreas políticas	12
Reforço da utilização de dados demográficos	14
Sensibilização, liderança e compromisso políticos	18
O papel da narrativa e da comunicação	22
Criação de redes	24
Perspetivas para o futuro: opções para uma ação coletiva	25

Relatório:

Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos
Wilton Park | Setembro de 2025

Introdução

A África Subsaariana¹ (ASS) está a sofrer uma transformação demográfica profunda. Prevê-se que a população da região, estimada atualmente em cerca de 1,2 mil milhões, atinja cerca de 2,1 mil milhões até 2050, representando mais de 20% da população global. Refira-se que, até 2040, a ASS terá a maior população do mundo de pessoas de idade inferior a 25 anos, devido a um declínio mais lento nas taxas de fertilidade em comparação com o declínio mais rápido nas taxas de mortalidade. Estas tendências demográficas têm profundas implicações, não apenas para o continente, como também para o desenvolvimento global.

Em resposta a estas tendências, a utilização de dados e evidências demográficos torna-se cada vez mais relevante para as decisões em matéria de planeamento, política e investimento. É crucial compreender a evolução provável das tendências populacionais a curto, médio e longo prazo, tendo em vista um futuro mais inclusivo, próspero e sustentável.

A demografia é particularmente importante para duas áreas. Primeiro, sem planeamento e investimento proativos, o aumento rápido e continuado da população corre o risco de ultrapassar os esforços de desenvolvimento. Segundo, o planeamento e o investimento proativos são necessários para aproveitar futuras oportunidades, por exemplo, como sucede quando as estruturas das populações mudam para taxas de dependência inferiores, criando uma janela de oportunidade para um maior desenvolvimento da ASS. É, portanto, essencial que os governos em toda a ASS, o setor privado, assim como os parceiros internacionais trabalhem em conjunto para criarem sistemas e ferramentas que possam apoiar uma conceção e implementação inovadoras das políticas, que acompanhem as variações demográficas, apoiadas pela liderança empenhada que é necessária para que tal se verifique. Isto é particularmente relevante para os investimentos da ASS em capital humano e em estruturas do mercado de trabalho. Jovens com mais competências e mais anos de escolaridade podem estar associados a mudanças sociais e oportunidades económicas, mas se o

¹ Segundo definição do Banco Mundial, a África Subsaariana é constituída pelos seguintes países: Angola, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Eritreia, eSwatini, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Madagáscar, Malauí, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabué. [Sub-Saharan Africa | Data](#) (África Subsaariana – Dados)

mercado de trabalho não conseguir absorver novos trabalhadores jovens em atividades produtivas, o potencial demográfico não será aproveitado. As decisões tomadas agora em matéria de planeamento, políticas e investimento terão impactos enormes ao nível do desenvolvimento para o futuro, particularmente no que diz respeito aos potenciais da população jovem da ASS.

Dando continuidade ao ímpeto gerado aquando da Cimeira de Chefes de Estado sobre Capital Humano convocada pelo Banco Mundial na Tanzânia em 2023, esta mesa redonda de Wilton Park analisou a forma como as evidências e dados demográficos podem ser integrados em diferentes áreas da política. Esta mesa redonda proporcionou a governos regionais, investigadores, representantes do setor privado e a outros especialistas uma plataforma para a troca de perspetivas, partilha de evidências e desenvolvimento colaborativo de estratégias sobre vias de resposta a desafios e oportunidades.

Tendências demográficas e razão da sua importância

A ASS está a passar por uma mudança demográfica significativa. As Perspetivas Demográficas Mundiais da ONU (edição de 2024) projetam que a população da ASS deverá continuar a crescer de cerca de 1,3 mil milhões atualmente para 2,1 mil milhões em 2050, e para 3,3 mil milhões em 2100. As tendências populacionais futuras são incertas, com um intervalo de projeção de 95% entre 2,7 mil milhões e 4,5 mil milhões em 2100. No entanto, as perspetivas relativamente à ASS são de um crescimento rápido da população e de uma população jovem, porquanto as taxas de fertilidade estão a diminuir lentamente. Devido a mudanças nas taxas de fertilidade e mortalidade, prevê-se que a estrutura etária da população total se altere como segue:²

- A faixa etária abaixo dos 15 anos deverá continuar a registar uma percentagem decrescente da população total – de 44% em 2000 para 40% atualmente, e uma descida até 33% até 2050. No entanto, o seu número absoluto irá ainda aumentar 35% entre 2025 e 2050, devido à continuação de taxas de fertilidade elevadas e à dinâmica populacional.
- A faixa etária dos 15 aos 59 anos deverá aumentar a sua percentagem na população total de 51% em 2000 para 55% atualmente, atingindo 60% até 2050. A dimensão deste grupo aumentará 82% entre 2025 e 2050.

² Perspetivas Demográficas Mundiais da ONU, edição de 2024, perfis demográficos: [World Population Prospects](#) (Perspetivas Demográficas Mundiais)

- A faixa etária acima dos 60 anos continua a ser relativamente pequena, mas prevê-se que aumente a sua percentagem na população de pouco menos de 5% atualmente para 8% até 2050. Refira-se que esta é a única faixa etária com uma taxa de crescimento mais elevada entre 2025 e 2050 do que no período anterior (2000-2025), com os seus valores a mais do que duplicar entre 2025-2050.

O ligeiro declínio na percentagem da população de idade inferior a 15 anos na ASS é, em larga medida, resultado do declínios das taxas de fertilidade, ainda que sejam descidas mais lentas e iniciadas mais tarde dos que as observadas noutras regiões. Há 42 países na região com uma taxa de fertilidade total (TFT) acima de 4 nascimentos por mulher, e vários, incluindo o Níger, a República Centro-africana, a República Democrática do Congo, o Chade e a Somália, têm TFT superiores a 6.

De notar exceções como o Quénia (3,3 nascimentos por mulher), Gana (3,5), Gabão (3,8), Ruanda (3,8), e Etiópia (4,2), países que, todos eles, registaram declínios da taxa de fertilidade mais rápidos nos últimos anos em comparação com a maioria dos países na ASS. Para os países que registam declínios rápidos na fertilidade, a quota de população em idade ativa (15-59 anos) aumenta, o que significa que o rácio de dependência infantil (menos de 15 anos) cai gradualmente. No entanto, para a maioria dos países que estão a registar declínios mais lentos na fertilidade, os impactos no rácio de dependência são menores. Nos casos em que não é dada prioridade à concretização de um declínio mais rápido na fertilidade, incluindo a proibição do casamento infantil, e à resolução da questão do desenvolvimento humano, em particular a educação das raparigas, mesmo um planeamento e investimentos criteriosos teriam pouco efeito nas perspetivas económicas.

Taxas de mortalidade em declínio (incluindo a mortalidade infantil) e o consequente aumento das taxas de esperança de vida que lhes estão associadas, quer para homens, quer para mulheres em toda a ASS (51 em 2000, 62 atualmente, 67 em 2050), estão a contribuir para o crescimento na faixa etária acima dos 60 anos. Apesar de este segmento de população mais idosa continuar a ser relativamente pequeno, a sua expansão marca o início de uma mudança do encargo com a dependência dos jovens para os idosos, o que se tornará mais aparente no final do século. Taxas de fertilidade e de mortalidade mais baixas são características do fim da transição demográfica.

Há diferenças regionais significativas. Por exemplo, a África Austral começou a registar declínios na fertilidade já nos anos 50 do século passado, e é a região com a TFT mais baixa de todas as regiões da ASS. A África Central iniciou a sua transição mais tarde, na década de 90. Há também padrões específicos a cada país que precisam de ser compreendidos, uma vez que as disparidades entre países e dentro de cada país também precisam de ser reconhecidas. Os países interiores do Sael têm as taxas de fertilidade mais elevadas do mundo e enfrentam grandes desafios na prestação de apoio a populações em crescimento rápido. O Níger, por exemplo, tem uma previsão de crescimento de 28 milhões em 2025 para 70 milhões até 2050. Este aumento acentuado vai provavelmente agravar as tensões regionais e impulsionar migrações no interior de África para os países costeiros da África Ocidental, onde as taxas de fertilidade são ligeiramente inferiores, mas onde as populações continuam a aumentar e poderão estar já a enfrentar dificuldades. A gestão destes fluxos migratórios sem despoletar tensões sociais ou conflitos será um desafio crítico para a região.

A desigualdade na fertilidade persiste nos países, designadamente entre mulheres com maior nível de escolaridade e populações com menos estudos. Tem havido alguns declínios na maternidade adolescente (entre os 15-19 anos), registando-se declínios acentuados em países como a Etiópia e o Quênia. No entanto, a taxa (média de 10% de maternidade adolescente por 1000 nascimentos na ASS) continua a ser muito mais elevada do que noutras partes do mundo. Se as taxas de maternidade adolescente diminuíssem rapidamente (reduções anuais de 20%), o número de nascimentos na ASS estabilizaria e seria 20% inferior ao das atuais projeções para 2050.

Estas tendências demográficas representam um desafio particularmente complexo em termos de políticas e mostram a razão pela qual evidências e dados demográficos são importantes para o planeamento, as políticas e os investimentos. Para os países que registam transições demográficas mais rápidas que conduzem a rácios de dependência inferiores e a populações em idade ativa mais numerosas, podem ser geradas oportunidades económicas na condição de a saúde, a educação e os mercados de trabalho serem significativamente melhorados. O crescimento rápido da população significa que a manutenção do investimento *per capita* atual irá ditar aumentos sustentados dos orçamentos anuais, o que por exemplo incluirá a despesa com a formação de um maior número de professores, enfermeiros e médicos. O crescimento rápido da população também faz aumentar os desafios em termos de

Relatório:

Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos
Wilton Park | Setembro de 2025

segurança alimentar. Mas a despesa atual já fica abaixo dos valores de referência internacionais, e a ajuda externa ao desenvolvimento (AOD) está a diminuir. Ignorar as evidências demográficas poderá agravar ainda mais a pressão sobre a qualidade e cobertura dos serviços.

A ASS precisa de integrar 20 milhões de novos entrantes no mercado de trabalho anualmente, mas apenas cerca de 25% desses entrantes conseguem emprego formal; a maioria encontra trabalho em empregos informais mal remunerados e precários. Os decisores políticos enfrentam o desafio de maximizar o potencial de cada nova geração, o que obriga a grandes investimentos públicos e privados em capital humano e medidas de estímulo da procura de mão-de-obra. Se os declínios na fertilidade acelerarem, a estrutura etária mudará para uma maior população em idade ativa. Com menos filhos para sustentar, os adultos em idade ativa podem poupar mais, e as famílias podem investir mais na educação, saúde e bem-estar de cada filho. Este investimento, juntamente com investimentos numa conjuntura económica propiciadora, pode produzir uma melhoria nos resultados escolares, uma alimentação melhor, e uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, assim como uma melhor produtividade nacional, crescimento económico, segurança alimentar e estabilidade.

Envolvimento do setor privado

Para tirar partido desta oportunidade, há várias áreas promissoras para desenvolvimento do setor privado na ASS, cada uma delas proporcionando oportunidades únicas, mas também desafios. O sucesso nestes setores depende de planeamento direcionado, de quadros de política favoráveis, e de investimento substancial ao longo de um prazo alargado, que precisam de ser adequados e sequenciados através de evidências e dados demográficos.

Áreas para desenvolvimento do setor privado

Áreas	Potencial de desenvolvimento
Setor agroalimentar	É tradicionalmente o principal empregador na ASS, especialmente em pequenas explorações agrícolas. Os ganhos em termos de comercialização e produtividade poderiam fazer aumentar os rendimentos através de atividades dentro ou fora das explorações, como a transformação e venda. No entanto, mesmo com um aumento da produtividade, o setor agroalimentar não consegue, por si só, absorver a mão-de-obra crescente.
Indústria	Na Ásia, indústrias de mão-de-obra intensiva como o vestuário têm impulsionado a transformação económica e absorvido um número elevado de trabalhadores, incluindo mulheres. A ASS poderia atrair investimentos na indústria, mas mudanças rápidas no setor que é de capital intensivo, conjugadas com infraestruturas limitadas na ASS, tornam incerta a replicação do rumo seguido pela Ásia.
Serviços	A ASS poderia avançar para serviços mercantis, como <i>call centres</i> , turismo, software e indústrias criativas. Para concretizar este potencial, são necessárias infraestruturas fiáveis – em especial eletricidade e internet – assim como uma juventude qualificada, o que requer investimento público e privado substancial.
Tecnologias digitais e Inteligência Artificial (IA)	As tecnologias digitais e a ascensão da IA oferecem oportunidades significativas para a inovação e o crescimento económico na ASS. Há que resolver desafios importantes à concretização do potencial das tecnologias digitais, incluindo nas infraestruturas de energia, competências de base, conectividade e acesso a dispositivos. A demografia pode ajudar a compreender as trajetórias futuras de quem beneficia, ou não, da tecnologia e da IA.

Relatório:

Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos
Wilton Park | Setembro de 2025

São necessários investimentos privados e públicos mas, atualmente, dívida pública elevada, custos do crédito e poupança doméstica reduzida, exacerbados por taxas elevadas de fertilidade, limitam a capacidade de investimento. Dar resposta a estas oportunidades e desafios obriga a conhecimentos sólidos sobre as tendências demográficas que podem fazer mudar as prioridades da despesa.

Por último, uma mudança na estrutura etária no sentido de uma população em idade ativa, juntamente com uma população que está a envelhecer, acabará por criar uma oportunidade de estabelecimento de um sistema de proteção social viável (p. ex., pensões de reforma e outras poupanças). Esta mudança também proporcionará uma oportunidade de desenvolvimento de economias de serviços de prestação de cuidados ao domicílio. Na ASS, as mulheres suportam frequentemente o duplo encargo de cuidarem dos filhos e de pais idosos, o que limita a participação formal na força laboral durante os seus anos mais produtivos. O alargamento de postos de trabalho de prestação de cuidados remunerados e qualificados poderia criar emprego, aliviar o encargo da prestação de cuidados sem remuneração, e aumentar a participação das mulheres na economia. Sem esses sistemas, e sem poupanças viáveis, as mulheres enfrentam uma diminuição do potencial para auferirem rendimentos e fazerem poupanças, o que agrava a vulnerabilidade económica a longo prazo.

Associar demografia às políticas

As evidências e as projeções em matéria de demografia têm um potencial substancial de apoio aos decisores políticos na ASS no que diz respeito à tomada de decisões informadas e inovadoras que deem resposta aos desafios críticos relacionados com o desenvolvimento, tirando ao mesmo tempo partido de oportunidades emergentes. Muito importante é o facto de só ser possível conseguir o crescimento transformador capaz de integrar as mudanças populacionais nos países da ASS através de um planeamento a longo prazo e de políticas assentes em evidências.

As decisões tomadas hoje não são apenas vitais para a trajetória de desenvolvimento da ASS, como também têm implicações globais, impactando as trocas comerciais, a geopolítica, os padrões migratórios, e até a dinâmica cultural, como as tendências da moda. Assim sendo, a demografia representa uma oportunidade única de alinhamento

e ligação de intervenientes multissetoriais aos níveis global, regional, nacional e local, facilitando ao mesmo tempo uma troca de conhecimentos interdisciplinares.

No entanto, as considerações de índole demográfica continuam a ter uma representação insuficiente nas grandes discussões sobre políticas, sendo que as estratégias de crescimento priorizam frequentemente o aumento do produto interno bruto (PIB) no pressuposto de que o declínio das taxas de fertilidade se seguirá automaticamente. Antes da pandemia da COVID-19, as questões demográficas tinham ganho proeminência, em larga medida devido à liderança por parte da União Africana (UA) ao incentivar os países membros a tirarem partido do dividendo demográfico através dos investimentos nos jovens. Tal fora construído com base num roteiro de 2017 alinhado com a Agenda 2063³, a visão da UA a 50 anos para uma transformação socioeconómica. A abordagem da UA sublinhava um aumento do investimento em quatro pilares estratégicos:

- Emprego e empreendedorismo: Promoção da criação de emprego e do desenvolvimento empresarial liderado por jovens.
- Educação e desenvolvimento de competências Melhoria do acesso a ensino e formação de qualidade alinhados com as necessidades do mercado de trabalho.
- Saúde e bem-estar: Investimento nos cuidados de saúde, em particular na saúde sexual e reprodutiva, para assegurar uma população jovem saudável e produtiva.
- Direitos, governação e capacitação dos jovens: Apoio à participação dos jovens na governação e tomada de decisões, assim como na proteção dos seus direitos.

O tema da UA em 2017 sublinhava a necessidade de traduzir o potencial demográfico numa força de trabalho competente e capacitada. No entanto, o surgimento da pandemia da COVID-19 fez desviar as atenções, e desde então a demografia deixou de estar no topo das agendas políticas em muitos países da ASS.

Esta preocupação teve eco aquando da mesa redonda em Wilton Park, no decurso da qual os participantes manifestaram um desejo de fortalecer o discurso demográfico e

³ A Agenda 2063 da UA: [36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf](#); The AU's 2017 Roadmap on Demographic Dividend (Roteiro da UA de 2017 sobre Dividendo Demográfico): [AU 2017 DD ROADMAP Final - EN_2.pdf](#)

associá-lo de forma mais eficaz ao desenvolvimento económico, por exemplo, através de estratégias renovadas no que diz respeito à gestão das finanças públicas. Para tal, os governos têm de definir prioridades no âmbito de orçamentos restritos, fazendo escolhas que são difíceis mas também essenciais em matéria de investimento a longo prazo. Cabe sublinhar que o planeamento orçamental tem de ser estratégico, sequenciado e ancorado em evidências demográficas robustas. No entanto, as alocações orçamentais são inerentemente políticas. Em muitos países da ASS, políticas étnicas (e, cada vez mais, religiosas) dominam a alocação de verbas públicas, com incentivos políticos frequentemente associados à dimensão da população. Como resultado, cada decisão implica custos de oportunidade que têm de ser reconhecidos e solucionados quando se defende a mudança.

Exemplos de áreas políticas

Em Wilton Park, foram destacadas quatro áreas políticas às quais a demografia pode proporcionar uma ótica essencial para orientar o investimento estratégico e a elaboração das políticas:

<i>Áreas políticas</i>	
Crescimento inclusivo	O crescimento do PIB tem de ser mais equitativo, beneficiando uma percentagem mais alargada da população de forma a criar uma classe média africana sustentável. Os dados demográficos são essenciais para identificar para onde e como direccionar os investimentos. Tal exige instituições independentes, que operem fora do controlo político direto, para assegurar a transparência e a prestação de contas na tomada de decisões.
Emprego	As reformas do mercado de trabalho devem estar alinhadas com as tendências demográficas e com as necessidades das empresas. A criação de empregos para populações com um número crescente de pessoas em idade ativa vai obrigar a melhorar o ensino básico, a formação profissional e a especialização, o alargamento do acesso das pequenas empresas a financiamento, e possivelmente potenciar a disponibilização de incentivos para a criação de empregos no

Áreas políticas	
	setor privado, especialmente para jovens. Para estas decisões é fundamental dispor de dados demográficos fiáveis.
Ambiente e alterações climáticas	Ambiente e Alterações Climáticas: é urgente enfrentar eficazmente os impactos das alterações climáticas nas populações, o que ajudará a gerar benefícios através de políticas ligadas à demografia. Para tal, há que fazer uma análise integrada dos dados demográficos e climáticos, focada em estratégias de adaptação, intervenções pragmáticas, e o alargamento de soluções locais bem-sucedidas, de baixo teor de carbono.
Conflitos e governação	Para reduzir tensões e mitigar potenciais conflitos, há que utilizar evidências e projeções demográficas (incluindo dados sobre migrações) para compreender e dar resposta às necessidades da crescente população jovem. Tal inclui a comunicação das conclusões por vias acessíveis, a melhoria da confiança e o envolvimento de dirigentes nacionais e tradicionais. O reforço da coordenação e a promoção da aprendizagem mútua são essenciais ao sucesso nesta área.

Estes quatro temas não excluem outras áreas em que as políticas devem ser fundamentadas em dados demográficos. Para que a ASS se adapte a uma população em crescimento rápido e beneficie das suas tendências demográficas, o planeamento e os investimentos também devem abordar soluções e políticas em matéria de urbanização, políticas fiscais e orçamentais, sistemas de proteção social, política migratória, apoio ao empreendedorismo e às PME, trocas comerciais regionais (p. ex., Zona de Comércio Livre Continental Africana), segurança alimentar e políticas de nutrição, bem como investimentos no desenvolvimento do capital humano e infraestruturas.

Apesar da urgência, ciclos políticos curtos prejudicam frequentemente a continuidade necessária para um planeamento demográfico a longo prazo. Além disso, as atuais

Relatório:

Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos
Wilton Park | Setembro de 2025

condições financeiras globais não são favoráveis para muitos países africanos, o que se traduz em taxas de juro elevadas e investimento estrangeiro reduzido. No entanto, nem todas as mudanças de grande impacto obrigam a grandes investimentos. Por exemplo, a melhoria do acesso das raparigas ao ensino secundário pode conduzir a uma redução dos casamentos precoces, melhores resultados em saúde materna e infantil, assim como taxas de fertilidade mais baixas. De igual modo, a flexibilização dos constrangimentos de mercado para as pequenas empresas (sobretudo para empresas dirigidas por mulheres que enfrentam constrangimentos injustos devido a normas de género e menor volume de ativos) através de uma melhoria do acesso a financiamento, registo e cumprimento de padrões de qualidade pode melhorar o desempenho das empresas, aumentar o número de inovações, ajudar a aumentar a poupança das famílias e os investimentos a longo prazo no futuro das crianças.

O Banco Mundial promoveu o conceito da *demografia dinâmica* para uma abordagem flexível relativamente à política, investimento e planeamento orçamental que vai evoluindo lado a lado com a dinâmica da população. Por exemplo, as políticas relativas à idade da reforma têm de ser ajustadas ao longo do tempo de modo a refletir a evolução da esperança de vida e dos rácios de dependência. De igual modo, os investimentos em infraestruturas educativas têm de se fundamentar nas necessidades previstas em termos do número de matrículas no ensino e da força laboral. Para tal, são necessárias políticas orçamentais e estruturas de governação com capacidade de resposta. Políticas eficazes e reformas orçamentais, assentes em evidências demográficas, podem desbloquear fluxos de investimento adicionais e criar confiança entre parceiros internacionais. No entanto, estes esforços têm de ser apoiados por percursos de ação claros e estratégias de investimento a longo prazo.

Reforço da utilização de dados demográficos

Dados demográficos de alta qualidade são essenciais para compreender a dinâmica das populações e planear eficazmente o futuro. Esses dados proporcionam perspetivas detalhadas sobre a dimensão da população, estrutura etária, distribuição geográfica, estatuto socioeconómico e outros indicadores-chave como fertilidade, mortalidade e migração. Quando desagregados por características como idade, sexo, educação, estado civil ou rendimento, os dados demográficos tornam-se uma ferramenta poderosa para a elaboração de políticas eficazes, inclusivas e inovadoras.

Estes dados sustentam a capacidade dos governos para planearem serviços públicos essenciais, incluindo saúde, educação, sistemas alimentares, infraestruturas e criação de emprego. Também desempenham um papel fulcral na previsão de mudanças demográficas, na preparação para os impactos das alterações climáticas, assim como na garantia de sistemas de proteção social eficazes.

No entanto, em toda a ASS, os sistemas de recolha, armazenamento e análise de dados demográficos continuam fragmentados, desatualizados e sem financiamento adequado. Para resolver este estado de coisas, é necessário um esforço coordenado e a longo prazo, para fortalecer os ecossistemas de dados nacionais. Este esforço deve estar focado em melhorar a qualidade, acessibilidade e facilidade de utilização dos dados, assegurando ao mesmo tempo a inclusão e a sustentabilidade. No entanto, são vários os desafios a superar:

- Os recenseamentos fornecem dados abrangentes mas são dispendiosos, realizados com pouca frequência (tipicamente de 10 em 10 anos), e muitas vezes não captam o impacto de acontecimentos repentinos como conflitos ou catástrofes naturais.
- Os sistemas de Registo Civil e Estatísticas Vitais (“CRVS” na sigla inglesa), que são essenciais para fazer o rastreio dos nascimentos, óbitos, casamentos e divórcios, são incompletos na maioria dos países da ASS. Não dispõem de uma cobertura adequada e raramente incluem dados sobre migrações ou socioeconómicos.
- Os inquéritos às famílias, como o Inquérito sobre Saúde e Demografia (“DHS” na sigla inglesa) proporcionam perspetivas valiosas, mas têm limitações devido a constrangimentos da dimensão da amostragem, enviesamento decorrente das não-respostas, e quadros de amostragem desatualizados. Muitos são financiados por doadores, e são vulneráveis a prioridades financeiras que variam. O DHS foi financiado pela USAID, mas a obtenção de financiamento alternativo é incerta, receando-se que outros doadores e governos africanos não consigam manter estes inquéritos de importância crucial e outros apoios à recolha de dados demográficos.
- Ferramentas de dados digitais e inovadoras, incluindo imagens por satélite, recolha móvel de dados, biometria e mapeamento geoespacial são altamente promissoras mas exigem capacidade institucional, literacia por parte dos utilizadores, assim como quadros de política para que possam ser eficazes e equitativos.

Relatório:

Rumo a dividendos demográficos em África: ação e investimentos
Wilton Park | Setembro de 2025

Para fortalecer os sistemas de dados demográficos e assegurar a sua relevância e impacto, há que priorizar as seguintes ações:

- 1 Criar capacidade de utilização de dados a todos os níveis
 - Promover sensibilização relativamente ao valor dos dados demográficos entre decisores políticos, aos níveis superiores da governação nacional e estadual/local.
 - Fornecer formação direcionada e desenvolvimento de competências para promover a literacia em dados entre planeadores, administradores e meios de comunicação social.
 - Utilizar estudos de casos do mundo real para demonstrar de que forma os dados demográficos sustentam políticas e planeamento eficazes.
- 2 Modernizar e integrar sistemas de recolha de dados
 - Apoiar a elaboração de roteiros nacionais para sistemas integrados de dados que incluam recenseamentos, CRVS, inquéritos a famílias e novas tecnologias.
 - Expandir e digitalizar sistemas CRVS para garantir uma cobertura completa e em tempo real de eventos vitais.
 - Utilizar novas formas inovadoras, como tecnologias geoespaciais e imagens de satélite, para melhorar as estimativas sobre a população e apoiar o planeamento.
- 3 Melhorar a qualidade, comparabilidade e frequência dos dados
 - Assegurar que os sistemas de dados geram dados periódicos, atualizados e desagregados de forma a refletir mudanças demográficas rápidas.
 - Estabelecer protocolos claros para a validação, edição, anonimização dos dados, e garantia de qualidade, incluindo auditorias periódicas e supervisão.
- 4 Melhorar a acessibilidade aos dados e a comunicação
 - Tornar os dados abertos, fáceis de utilizar, e acessíveis através de portais e plataformas interativas nacionais.
 - Utilizar infografia, painéis de controlo e conjuntos de dados transferíveis para aumentar a visibilidade e a utilidade.

- Fortalecer a capacidade dos meios de comunicação para interpretar e comunicarem os dados demográficos em moldes que responsabilizem o governo e combatam a desinformação.

5 Assegurar a inclusão e a equidade nos sistemas de dados

- Priorizar a inclusão de populações marginalizadas, incluindo grupos nômadas, assentamentos informais, pessoas portadoras de deficiência e minorias linguísticas.
- Conceber inquéritos e ferramentas digitais que contemplem necessidades diferentes dos utilizadores e reduzam as barreiras à participação.

6 Assegurar financiamento sustentável e propriedade dos dados

- Mobilizar recursos internos e o compromisso político para o financiamento de sistemas de dados cruciais no longo prazo.
- Reduzir a dependência relativamente a financiamento por parte de doadores através da inclusão de prioridades em matéria de dados demográficos nos planos e orçamentos nacionais em matéria de desenvolvimento.

Os dados demográficos devem ser vistos como um ativo estratégico. O fortalecimento dos sistemas nacionais para a sua recolha, armazenamento e utilização é essencial para uma governação assente em evidências e para o desenvolvimento sustentável. À medida que as populações na ASS continuam a crescer e a mudar, os governos deverão atuar já para garantir que os sistemas de dados são adequados ao fim a que se destinam: rigorosos, inclusivos, atuais e acionáveis.

Sensibilização, liderança e compromisso políticos

Uma transformação socioeconómica sustentada na ASS exige uma apropriação e liderança de alto nível por parte dos governos. Sem compromisso político, a conceção e a implementação abrangente das políticas assente em evidências e dados demográficos falham. Há vários fatores interligados que influenciam o grau em que os dirigentes políticos priorizam as evidências demográficas aquando da elaboração das políticas:

- Sensibilidades sociais e religiosas: Os dirigentes políticos têm de lidar frequentemente com relações complexas com grupos religiosos e conservadores. Por exemplo, isto pode dificultar o alargamento de serviços de planeamento familiar voluntários e modernos. Mesmo quando os dirigentes nacionais apoiam em privado a redução da fertilidade, poderão hesitar em atuar publicamente com medo de perderem apoio político.
- Ausência de perceção relativamente à procura por parte do público: Em contextos frágeis ou de constrangimentos de recursos, os governos podem focar-se em projetos de infraestruturas visíveis, em vez de investirem em políticas como ensino de raparigas ou capacitação das mulheres, muitas vezes percecionadas como prioridades políticas de menor importância.
- A população como ativo estratégico: Alguns dirigentes olham para as populações numerosas como fonte de força económica ou política, e podem argumentar que o crescimento económico, e não a redução da fertilidade, deve ser a via principal para a mudança demográfica.

O reconhecimento crescente da importância das evidências demográficas defendida por instituições como a UA tem influenciado as atitudes políticas. Ao mesmo tempo, jovens de todo o continente estão a manifestar de forma cada vez mais clara as suas necessidades não supridas em matéria de serviços de saúde, educação e emprego, o que representa uma mudança nas expectativas do público e na pressão política.

Para conseguirem melhores resultados com as suas políticas, os governos terão de utilizar evidências demográficas para políticas estratégicas e abrangentes, apoiadas por uma liderança coordenada a vários níveis do governo. Eis algumas opções de ação:

1 Garantir uma liderança política de alto nível

- O compromisso deve vir do topo: o presidente, primeiro-ministro e ministros das finanças e do planeamento devem apoiar e defender metas relacionadas com a população.
- Os ministérios da saúde, educação, género, comércio e trabalho têm de estar ativamente empenhados na implementação e coordenação intersetorial.

2 Institucionalizar quadros de política demográfica

- Criar e adotar políticas abrangentes, assentes em evidências demográficas relacionadas com juventude, urbanização, fertilidade, envelhecimento e migração.
- Assegurar a inclusão de metas, calendários e indicadores claramente definidos, assim como mecanismos de prestação de contas nestas políticas.
- Estratégias e roteiros claros com base no trabalho da UA.

3 Promulgar legislação e regulamentação de apoio

- Reformar ou eliminar políticas restritivas, como a autorização do cônjuge para contraceção ou limitações da idade de acesso que dificultam a autonomia reprodutiva.
- Estabelecer leis que proíbam o casamento infantil e garantam igualdade de acesso ao ensino para as raparigas.
- Reformar o acesso ao mercado para pequenas empresas de modo a tornar o registo comercial mais apelativo.
- Assegurar que os regulamentos apoiam o financiamento e o controlo da qualidade das intervenções e dos serviços.

4 Envolver legisladores e defensores de políticas

- Comissões parlamentares e deputados com poder de influência podem pressionar no sentido de um investimento demográfico sustentado e exigir prestação de contas aos governos.
- A criação de defensores de políticas aos níveis nacional e subnacional ajuda a manter a visibilidade e a dinâmica para a implementação das políticas.

5 Assegurar que as dotações orçamentais refletem as necessidades regionais e um acesso equitativo aos serviços e à informação

- Os dados demográficos ajudam a identificar pontos quentes populacionais, como áreas urbanas de crescimento rápido ou regiões rurais mal servidas, para que os orçamentos possam ser direcionados para onde a procura de serviços é maior.
- As evidências sobre idade, género e distribuição geográfica da população asseguram que os investimentos na saúde, educação e infraestruturas chegam aos grupos marginalizados e reduzem as disparidades regionais.

- Com os constrangimentos dos orçamentos públicos, as evidências demográficas evitam o desperdício ao alinharem a despesa com as verdadeiras necessidades das populações, melhorando a relação custo/benefício.
- As projeções demográficas permitem aos governos planejar para pressões futuras, como matrículas no ensino, dotação de pessoal para os cuidados de saúde ou sistemas de pensões de reforma, antes que surjam falhas.
- A utilização transparente de dados demográficos na elaboração dos orçamentos cria confiança do público e apoia a monitorização para apurar se os investimentos estão a produzir resultados equitativos.

6 Fortalecer a liderança e a execução descentralizada

- A descentralização da tomada de decisões e da execução dos programas é crucial para a adequação das intervenções e serviços às necessidades e realidades locais.
- Os governos provinciais e locais precisam da autoridade, recursos e incentivos para implementar com mais eficácia políticas com base em evidências demográficas.
- Integrar agentes nas comissões de desenvolvimento local com tarefas e responsabilidades específicas, incentivando ao mesmo tempo a colaboração com os jovens, sociedade civil e intervenientes do setor privado para impulsionar um planeamento participativo e com capacidade de resposta.

Como tal, a transformação da oportunidade demográfica em desenvolvimento económico e social exige visão política, liderança e prestação de contas. As decisões estratégicas têm de ser feitas com base em evidências, o que significa discussões transparentes e abertas sobre priorização de certas políticas, programas ou investimentos seguindo uma cronologia. No entanto, esse empenhamento político a mais longo prazo pode revelar-se difícil, devido aos horizontes de tomada de decisões a curto prazo resultantes de ciclos eleitorais de quatro ou cinco anos.

Significativamente, as políticas, programas, investimentos e outras intervenções têm de ser planeados e concebidos através de uma ótica multissetorial, assente em evidências demográficas, e implementados de forma coordenada, inclusiva e sustentável. As áreas-chave de política que precisam de estar alinhadas entre si dizem respeito ao planeamento familiar voluntário, cuidados de saúde, educação (p. ex., ensino de raparigas), capacitação das mulheres (p. ex., capacitação financeira),

políticas relativamente ao mercado de trabalho e ao emprego (p. ex., formações de especialização profissional) e intervenções com vista ao desenvolvimento do setor privado (p. ex., mercados financeiros, trocas comerciais). Fazer isto ajudará a derrubar silos institucionais com equipas colaborativas, objetivos partilhados e quadros de monitorização conjuntos.

As abordagens multissetoriais têm efeitos multiplicadores muito superiores à soma das intervenções individuais. No entanto, a implementação é frequentemente dificultada devido à falta de compromisso político ou visão partilhada, a mecanismos de coordenação frágeis e a estruturas de governo isoladas, prioridades que concorrem entre si e orçamentos limitados. Para superar estes aspetos, é essencial:

- Disponibilizar informação transparente e evidências aos dirigentes políticos, religiosos e culturais de forma a gerar apropriação.
- Fortalecer a capacidade institucional tendo em vista a coordenação intersetorial.
- Atribuir responsabilidades específicas, clarificar funções e assegurar uma comunicação regular entre as partes interessadas.
- Reconhecer a intensidade das abordagens integradas em termos de tempo e recursos, e planear em conformidade.

O papel da narrativa e da comunicação

Não tomar em conta as sensibilidades ao nível da comunicação aquando da apresentação de evidências demográficas pode prejudicar o potencial destas e causar danos indesejados. Erros na comunicação de mensagens podem provocar reações adversas nos países, especialmente em contextos políticos polarizados ou frágeis, e podem ser amplificados por desinformação. Por exemplo, as iniciativas de planeamento familiar voluntário são por vezes erradamente caracterizadas como esforços por parte do Ocidente ou imperialistas para reduzir as populações não brancas. A resistência pode também surgir de grupos que se opõem aos direitos das mulheres, igualdade de género, e migração.

Para evitar estes riscos e maximizar a utilidade dos dados demográficos, os intervenientes devem adotar estratégias de comunicação concebidas com cuidado e que sejam adequadas às necessidades, preocupações e contextos culturais de diferentes audiências. É muito importante ressaltar que tal exige que as mensagens

tenham a sua raiz em narrativas africanas que se coadunem com os valores locais e realidades vividas.

A UA demonstrou esta abordagem ao enquadrar o seu Roteiro sobre o Dividendo Demográfico⁴ em torno da capacitação dos jovens, desviando o foco de tópicos mais sensíveis como o planeamento familiar. Este enquadramento revelou-se eficaz para o envolvimento dos decisores políticos. Contudo, as estratégias de comunicação que acompanharam esta agenda ficaram frequentemente enraizadas no discurso ocidental sobre desenvolvimento, limitando o seu efeito e apropriação ao nível local.

O desafio atual está em revitalizar o interesse na dinâmica demográfica. Isto significa identificar e comunicar de que forma as tendências demográficas estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento do capital humano, sistemas de proteção social e resiliência climática, que são áreas que preocupam fortemente os cidadãos, assim como os dirigentes de África.

As narrativas devem ser construídas em torno de pilares relacionáveis e acionáveis, como saúde pública e acesso aos cuidados de saúde, criação de emprego e emprego de jovens, ensino de qualidade e formação de competências, boa governação e inclusão cívica. Estes temas poderiam fomentar o apoio público, a vontade política e o alinhamento intersetorial. É importante que uma tal narrativa seja comunicada aos intervenientes externos de uma forma mais otimista. Os meios de comunicação de todo o mundo sublinham muitas vezes os aspetos negativos de África, influenciando perceções e que, em parte, podem resultar num menor investimento estrangeiro e taxas de juro mais elevadas, prejudicando oportunidades para um crescimento transformativo na ASS.

As estratégias de comunicação também têm de assegurar a integridade da informação. A criação de resiliência contra a desinformação precisa de mais do que dados rigorosos: exige sistemas transparentes, análise fiável e comunicação eficaz. Os dados, por si só, não mudam normas nem mentes, nem impulsionam mudanças de comportamento. Têm de ser traduzidos, contextualizados e apresentados em moldes que tenham significado para diferentes audiências. Os princípios-chave de uma comunicação demográfica responsável e eficaz poderiam incluir:

⁴ *Ibid*

- Dar eco às vozes locais e retratar experiências vividas, garantindo que as mensagens estão alicerçadas em realidades comunitárias.
- Envolver dirigentes religiosos, tradicionais e outros dirigentes locais, que frequentemente desempenham posições de confiança na sociedade.
- Evitar exagerar ou “promover excessivamente” e, em vez disso, traduzir as evidências em informações fiáveis e credíveis.
- Ligar os esforços de comunicação entre os vários níveis, desde os atores globais e nacionais, até aos locais.
- Utilizar meios de comunicação independentes e de confiança, salvaguardando o respeito pelas normas jornalísticas e éticas.
- Ser proativo, em vez de reagir simplesmente à desinformação, uma vez que reconstruir a confiança perdida é muito mais difícil do que mantê-la.
- Explorar formatos de comunicação criativos, reconhecendo que as mensagens assentes em factos, por si só, poderão ser insuficientes em determinados contextos.

Intermediários do conhecimento também poderão desempenhar uma função de ligação vital entre a investigação, a elaboração de políticas, os profissionais e o público. Estes atores, quer inseridos no governo, na sociedade civil, na academia ou nas agências de desenvolvimento são essenciais para a tradução de evidências demográficas complexas em recomendações de política acionáveis. Os corretores de informação de confiança não só comunicam as constatações de forma eficaz aos decisores e profissionais, mas também asseguram um fluxo de conhecimento bidirecional, dando feedback sobre experiências da linha da frente, preocupações e realidades relacionadas com a implementação a instituições académicas e de investigação. Este circuito de retorno fortalece tanto a relevância como o impacto da investigação demográfica, assegurando que a mesma continua a abordar necessidades do mundo real que deverão ser o objetivo fulcral dos esforços de comunicação.

Criação de redes

Uma interação eficaz e as abordagens participativas devem ser inclusivas e profundamente alicerçadas nos contextos locais. Os intervenientes locais desempenham uma função crucial na definição, comunicação e implementação de políticas relacionadas com a dinâmica demográfica e deverão fazer parte integrante dos diálogos sobre política e dos esforços no sentido de influenciar.

As organizações da sociedade civil (OSC) locais e as organizações não-governamentais (ONG) dispõem de um conhecimento profundo sobre as sensibilidades das comunidades. Têm redes sólidas ao nível das bases, capacidade para identificar os problemas locais, recolher evidências relevantes em termos do contexto e, frequentemente, têm acesso a decisores políticos locais e nacionais favoráveis às suas propostas. Estas organizações estão, além disso, bem posicionadas para colaborar com os meios de comunicação locais, com vista a ampliar o alcance das mensagens e aumentar a visibilidade.

Os dirigentes religiosos e tradicionais são particularmente influentes em muitas comunidades e podem funcionar como pontes cruciais entre a política nacional e a aceitação ao nível local. A validação por parte destes dirigentes ajuda a integrar as políticas demográficas nas normas sociais e nas práticas religiosas, especialmente em questões sensíveis como planeamento familiar, educação e papéis femininos e masculinos.

As organizações de jovens e de mulheres têm também de desempenhar um papel proeminente nos processos participativos. As perspetivas destes grupos são essenciais para fundamentar o planeamento, a conceção de políticas e as estratégias de investimento que respondem às necessidades e aspirações do maior segmento demográfico em muitos países da ASS.

Os estudiosos e especialistas nas matérias acrescentam valor adicional reforçando a base de evidências e melhorando o rigor das avaliações dos problemas, soluções e conceitos políticos. De igual modo, as associações profissionais, como as associações médicas ou as associações de ensino, dispõem de conhecimentos específicos a cada domínio, assim como acesso a conhecimentos especializados de primeira linha que podem fundamentar os investimentos setoriais.

Os intervenientes do setor privado poderiam ser incentivados a contribuir para as metas do Estado, por exemplo, através de investimento direto, como parceiros em parcerias público-privadas (PPP) e através da transparência e partilha de informações. As organizações de produtores e os sindicatos podem ser incluídos para darem a conhecer as suas perspetivas relativamente às evidências e dinâmica demográficas, garantindo que, tanto os interesses das empresas como os dos trabalhadores, encontram reflexo nos processos de planeamento. Os intervenientes empresariais internacionais, incluindo investidores e agências de notação de crédito, também

devem participar na criação de respostas económicas adaptadas e direcionadas para explorar os potenciais económicos através da utilização de evidências demográficas.

Órgãos de comunicação de confiança, tanto tradicionais como sociais, têm de ser envolvidos proativamente. São cruciais para garantir que quaisquer questões demográficas complexas são comunicadas de forma clara e responsável, e em moldes que sejam acessíveis ao público em geral.

Por último, é essencial a interação com os políticos, incluindo com os partidos políticos, deputados, agências de regulamentação e funcionários públicos nos vários ministérios. No entanto, a criação dessas redes com diferentes partes tem de ser acompanhada de uma análise de economia política rigorosa e de um levantamento das partes interessadas. Estas análises ajudam a identificar pontos de entrada, potenciais aliados, fontes de resistência, assim como dinâmicas de poder que podem evoluir ao longo do tempo, designadamente em torno de ciclos eleitorais ou mudanças de alianças políticas.

Perspetivas para o futuro: opções para uma ação coletiva

As principais ações estratégicas para um envolvimento eficaz devem incluir:

- Criação de consenso através de um envolvimento técnico, começando pelos pontos de entrada menos sensíveis. Tópicos como emprego jovem, qualidade do ensino e saúde comunitária podem servir de plataformas para discussões mais alargadas acerca das evidências demográficas.
- Formação de coligações que partilham dos mesmos valores para aumentar a influência e superar resistências. Os parceiros das coligações podem mobilizar comunidades, recolher evidências, influenciar narrativas dos meios de comunicação, e defender mudanças nas políticas através de ações coordenadas e estratégicas.
- Comunicação cuidada e sensível. A linguagem é importante. Mensagens mal enquadradas podem prejudicar a capacitação de mulheres e raparigas ou provocar uma reação negativa relativamente à confiança nas evidências demográficas (ou outras).

- Adoção de uma abordagem fundamentada nos direitos, dando destaque à autonomia individual e à escolha informada, especialmente para mulheres e raparigas. Por exemplo, as mensagens relacionadas com a população têm de ter em mente a utilização indevida de intervenções demográficas no passado que, em alguns casos, foram forçadas e politicamente motivadas.
- Prática ao nível da sensibilização diplomática. Os diálogos políticos devem estar fundamentados na sensibilidade às histórias políticas locais e ser enquadrados com respeito e cuidado. Argumentos fortes têm de ser apoiados por evidências robustas e específicas a cada país, permitindo uma identificação precoce dos riscos, sensibilidades e oportunidades.

Para traduzir os princípios de um envolvimento inclusivo em ações, foram discutidas as seguintes opções:

- Estabelecer uma comissão ou plataforma dedicada para facilitar o envolvimento com todos os grupos de intervenientes e criar alianças estratégicas em torno de tópicos demográficos prioritários.
- Criar estruturas do topo para as bases e das bases para o topo para garantir que as redes com várias partes interessadas funcionam de forma transparente e eficaz entre todos os níveis da governação.
- Fazer um levantamento das intervenções existentes e convocar reuniões periódicas de feedback para avaliar o progresso das mesmas, identificar desafios e incorporar perspetivas da comunidade.
- Utilizar observatórios demográficos ou plataformas semelhantes para monitorizar os progressos, rastrear falhas de informação e avaliar a adesão, assim como o impacto, das decisões de política e de investimento fundamentadas em dados.
- Assegurar o alinhamento nacional e a apropriação local dos esforços de planeamento e investimento fundamentados na demografia através da sua integração nas redes e sistemas existentes.

Evert-Jan Quak

Wilton Park | Setembro de 2025

Wilton Park é um espaço de reflexão reservado, concebido para especialistas e decisores políticos se envolverem em diálogo genuíno com uma rede de vozes diferentes, com vista à resolução dos desafios mais prementes do nosso tempo.

Elizabeth.Donnelly@wiltonpark.org.uk

Wilton Park, Wiston House, Steyning,
West Sussex, BN44 3DZ, Reino Unido

wiltonpark.org.uk

